



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DE PATO BRANCO**

**1ª VARA CÍVEL DE PATO BRANCO - PROJUDI**

Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0003921-09.2021.8.16.0131**

Processo: 0003921-09.2021.8.16.0131

Classe Processual: **Recuperação Judicial**

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$24.318.538,01

- Autor(s):
- **ANDRE FRANCISCO ZENI** (RG: 108033126 SSP/PR e CPF/CNPJ: 075.111.229-14)  
Rua José da Silva, 712 - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
  - **ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA** (CPF/CNPJ: 40.810.682/0001-12)  
Comunidade Linha Ipiranga, sn - rural - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
  - **Auto Posto Zeni Ltda.** (CPF/CNPJ: 04.818.376/0001-69)  
Avenida Manuel Ribas, 325 - Centro - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000 - Telefone(s): (46)3526-1396
  - **VILMAR FRANCISCO ZENI** (RG: 52344565 SSP/PR e CPF/CNPJ: 839.611.199-53)  
rua Cláudio João Antonioli, 701 - centro - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
  - **VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA** (CPF/CNPJ: 40.809.821/0001-98)  
Comunidade Linha Ipiranga, sn - rural - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
- Réu(s):
- **ESTE JUÍZO** (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)  
RUA , SN FÓRUM DE JUSTIÇA - CENTRO - PATO BRANCO/PR
  - **M Marques Sociedade Individual de Advocacia** (CPF/CNPJ: 07.166.865/0001-71)  
Av. Cândido de Abreu, 776 sala 1306 - CURITIBA/PR
- Terceiro(s):
- **A. BATISTA FARIAS -EIRELI** (CPF/CNPJ: 33.617.596/0001-22)  
Estrada Araçá, 3476 - Parque Industrial Bandeirantes - MARINGÁ/PR - CEP: 87.070-125
  - **ACIPAR LUBRIFICANTES LTDA** (CPF/CNPJ: 75.106.955/0001-27)  
Rua Professor Plácido e Silva, 123 - Parolin - CURITIBA/PR - CEP: 80.220-400
  - **BANCO BRADESCO S/A** (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12)  
Rua Guarani , 261 - Centro - PATO BRANCO/PR - CEP: 85.501-050
  - **Banco do Brasil S/A** (CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91)  
Avenida Tupi, 2581 - PATO BRANCO/PR
  - **COASUL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL** (CPF/CNPJ: 79.863.569/0001-30)  
Rua GENERAL OSORIO, 920 - Coasul - SÃO JOÃO/PR
  - **COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL** (CPF/CNPJ: 76.098.219/0001-37)  
Rodovia BR-277, S/N km 591 - Parque São Paulo - CASCAVEL/PR - CEP: 85.803-490



- COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO COM INTERACAO SOLIDARIA LIDERANCA - CRESOL LIDERANCA (CPF/CNPJ: 02.934.201/0001-91)  
RUA 14 DE DEZEMBRO, 4245 ESTABELECIMENTO COMERCIAL - CENTRO - CHOPINZINHO/PR
- ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28)  
Praça Nossa Senhora de Salette, S/N Palácio Iguaçu - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-909
- Estrada Distribuidora de Derivados Do Petróleo Ltda (CPF/CNPJ: 01.804.345/0001-60)  
ROD BR-277, S/N KM 579 - CENTRALITO - CASCAVEL/PR - CEP: 85.818-560
- GP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S.A. (CPF/CNPJ: 03.609.381/0001-07)  
Rua Camargo Zampieri, 1438 - Tindiquera - ARAUCÁRIA/PR - CEP: 83.708-135
- LA COMERCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI (CPF/CNPJ: 35.167.176/0001-17)  
Rua da Águia-imperial, 556 - Paraíso - LONDRINA/PR - CEP: 86.078-170
- LUB CAR ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA (CPF/CNPJ: 38.430.156/0001-85)  
Rua Jalbas Rodrigues Alves, 54 - Vila Santa Izabel - MARINGÁ/PR - CEP: 87.080-470
- Larissa Paggi Carletto (CPF/CNPJ: 078.310.519-37)  
rua Itapuã, 120 apartamento 301 - La Salle - PATO BRANCO/PR
- MARINES PICININ RAYMUNDI (RG: 49737394 SSP/PR e CPF/CNPJ: 861.186.339-91)  
Rua Itabira, 1100 Ap. 501 - Centro - PATO BRANCO/PR - CEP: 85.501-290
- Município de Coronel Vivida/PR (CPF/CNPJ: 76.995.455/0001-56)  
PÇA. TRES PODERES, - CORONEL VIVIDA/PR - CEP: 85.550-000
- Município de Itapejara d'Oeste/PR (CPF/CNPJ: 76.995.430/0001-52)  
AV. MANOEL RIBAS, 620 - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
- NACIONAL CENTRAL PARANÁ COMERCIAL DE LUBRIFICANTES (CPF/CNPJ: 07.564.729/0001-30)  
Rua Pioneiro José dos Santos, 144 A Sl 02 - Jardim Itaipu - MARINGÁ/PR - CEP: 87.065-440
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)  
Rua Marechal Deodoro, 555 7º ANDAR - CURITIBA/PR - CEP: 80.020-911
- RIO ELIAS INSUMOS AGRICOLAS LTDA (CPF/CNPJ: 17.267.271/0001-00)  
rua manoel ribas, 430 - ITAPEJARA D'OESTE/PR
- RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA (CPF/CNPJ: 07.520.438/0001-40)  
ALCIDES LONGHI (LOT VILLAGG, IO IGU ATEMI RES), 220 - Sanvitto - CAXIAS DO SUL/RS - CEP: 95.012-348
- SCHERER S/A COMERCIO DE AUTOPECAS (CPF/CNPJ: 84.586.205/0001-90)  
Rua Ernesto Wezzer, 42 - Independência - TOLEDO/PR - CEP: 85.906-520
- TURIM FERTILIZANTES BELTRÃO LTDA (CPF/CNPJ: 20.005.167/0001-52)  
Avenida Natalino Faust, 580 - Luther King - FRANCISCO BELTRÃO/PR - CEP: 85.605-147



- Vinicius Paggi Carletto (CPF/CNPJ: 057.502.879-39)  
Avenida Republica Argentina, 1812 Apartamento 401 - CURITIBA/PR
- daniel perin bandeira (CPF/CNPJ: 005.632.519-30)  
Rua Inacio Felipe, 371 Casa - Centro - MARMELEIRO/PR - CEP: 85.615-000

Trata-se de **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, ajuizada em 20.05.2021, por **VILMAR FRANCISCO ZENI, VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA, ANDRÉ FRANCISCO ZENI, ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA e AUTO POSTO ZENI LTDA**, integrantes do **GRUPO ZENI**, objetivando sua concessão na forma da lei (ev. 1).

Manifestação das Recuperandas, apresentando demonstrativo detalhado de cumprimento dos requisitos previstos na Lei 11.101/2005, para fins de deferimento do processamento do pedido (ev. 22).

Decisão determinando a realização de constatação prévia e nomeando M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial), para realização dos trabalhos (ev. 28).

Apresentação da constatação prévia (ev. 36).

Recebimento da petição inicial, deferimento do processamento da recuperação judicial e indeferimento da tutela de urgência, com a nomeação de M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial), CNPJ nº 07.166.865/0001-71, na pessoa responsável do Dr. Márcio Roberto Marques - OAB/PR 65.066, como Administradora Judicial (ev. 39).

Manifestação de aceitação pela Administradora M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial) (ev. 42).

Expedição de Ofício à Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para averbação do processamento ação (ev. 50).

Cota Ministerial de ciência (ev. 52).

Manifestação da Administradora Judicial, apresentando o termo de compromisso devidamente assinado e proposta de honorários escalonada (ev. 55).

Expedição do edital, nos termos do art. 5º, §1º e art. 7º, §1º, ambos da Lei nº 11.101/2005, para habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, administrativamente perante à Administradora Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias (ev. 56).

Tomada por termo o compromisso da Administradora Judicial (ev. 59).



Manifestação das Recuperandas quanto à verba honorária, requerendo a redução ao percentual de 2,5% (dois e meio por cento) e manifestação da Auxiliar do Juízo (ev. 83 e ev. 98).

Decisão fixando os honorários da Administradora Judicial em 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Quadro Geral de Credores definitivo, a ser adimplido nos termos da petição do ev. 83 (ev. 102).

Manifestação da Fazenda Pública do Município de Itapejara D'Oeste – PR, informando a existência de débitos tributários perante a municipalidade (ev. 128).

Manifestação da Fazenda Pública do Estado do Paraná, informando a existência de débitos tributários (ev. 164).

Apresentação do plano de recuperação judicial pelas Recuperandas (ev. 186).

Decisão determinação a expedição de edital, bem como advertindo quanto obrigatoriedade de apresentação de certidões negativas em momento oportuno (ev. 193).

Manifestação da Administradora Judicial, apresentando ao Juízo a relação nominal de credores, após verificação de créditos na forma administrativa, conforme determinado no art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005 (ev. 195).

Expedição de edital, conforme preconiza o art. 53, parágrafo único e art. 7º, §2º, ambos da Lei 11.101/2005, para objeções ao plano recuperacional, bem como impugnações e habilitações à relação de credores, a serem apresentadas ao Juízo (ev. 193).

Relatório de análise ao plano de recuperação, nos termos do disposto no art. 22, II, alínea “h”, da Lei 11.101/2005 (ev. 361).

Manifestação das Recuperandas, retificando o plano de recuperação judicial, com relação à cláusula “4.3.3.2 Subclasse para cooperativas de crédito detentoras de garantia real (ev. 441).

Intimação da Administradora Judicial para manifestação, ante o decurso do prazo do edital para objeções ao plano de recuperação (ev. 564).

Pedido de reconhecimento de essencialidade de bem móvel pelas Recuperandas (ev. 569).

Juntada de petição de comunicação de interposição de recurso de agravo de instrumento pela credora Coasul Cooperativa Agroindustrial (ev. 578).



Petição da Administradora Judicial, sugerindo datas para realização da assembleia geral de credores (ev. 621).

Decisão reconhecendo a essencialidade de bem móvel e convocando assembleia geral de credores virtual (ev. 623).

Expedição do edital de convocação para realização da assembleia geral de credores, nos termos do art. 36 da Lei nº 11.101/2005 (ev. 651).

Petição das Recuperandas pugnando pela prorrogação do *stay period* (ev. 734).

Manifestação das Recuperandas apresentando os termos de adesão, conforme preconiza o art. 56-A da Lei nº 11.101/2005, pugnando pela dispensa da realização do ato assemblar, ante a adesão pelo quórum necessário, nos termos legais, bem como homologação do plano recuperacional e concessão da recuperação (ev. 735).

Decisão determinando a manifestação da Administradora Judicial e Ministério Público (ev. 737).

Manifestação da Auxiliar do Juízo pelo deferimento do pedido, visto que o quórum necessário estaria atingido para fins de homologação do plano (ev. 740).

Manifestação do Órgão Ministerial, nada opondo e requerendo a intimação dos credores, conforme requerido pela Administradora Judicial (ev. 743).

Decisão determinando a intimação dos credores quanto aos termos de adesão, com vistas ao Ministério Público em seguida (ev. 779).

[Petição da credora Coasul Cooperativa Agroindustrial, requerendo esclarecimentos quanto à extraconcursalidade de seu crédito \(ev. 820\).](#)

Decisão advertindo quanto à dispensa da assembleia geral de credores e intimação de todos os credores, determinando ainda a intimação da Auxiliar do Juízo e Ministério Público quanto ao pedido de prorrogação do *stay period* e pedido formulado pela credora Coasul Cooperativa Agroindustrial (ev. 831).

Manifestação da Administradora Judicial pelo deferimento do pedido de prorrogação do “período de blindagem”, formulado pelas Recuperandas (ev. 837).

Petição do credor Banco Bradesco S.A, requerendo seja exercido o controle de legalidade do plano (ev. 838).



Petição da credora Estrada Distribuidora de Derivados do Petróleo Ltda, requerendo a não homologação do plano proposto, diante da ausência de liquidez e certeza dos pagamentos (ev. 841).

Manifestação da Administradora Judicial e Ministério Público, quanto ao pedido da credora Coasul Cooperativa Agroindustrial (ev. 837 e ev. 850).

Impugnação pelo credor Banco do Brasil S.A, quanto aos termos de adesão dos credores Reovaldo José Zandoná, Fátima Capellari Zandoná e Espólio de Domingos Bocalon, apresentando ainda objeção há cláusulas do plano recuperacional (ev. 915).

Impugnação pela credora Turim Fertilizantes Beltrão Ltda, quanto ao termo de adesão do credor Reovaldo José Zandoná, assim como impossibilidade de sua retificação, visto que os termos devem necessariamente ser apresentados com antecedência de 5 (cinco) dias à realização do ato assemblear (ev. 955).

Petição da credora Coasul Cooperativa Agroindustrial (ev. 956).

Impugnação pela credora Rio Elias Insumos Agrícolas Ltda, quanto ao termo de adesão do credor Reovaldo José Zandoná e objeções ao plano de recuperação (ev. 959).

Certidão de habilitação e intimação da Fazenda Pública de Coronel Vivida – PR (ev. 1.004 e ev. 1.006).

Despacho determinando a juntada de certidão pela Serventia e respectiva certidão (ev. 1.013 e ev. 1.014)

Decisão deferindo a prorrogação do *stay period* e determinando a intimação das Recuperandas, Auxiliar do Juízo e Ministério Público para manifestação quanto as impugnações apresentadas em face dos termos de adesão, advertindo ainda sobre a necessidade de insurgência mediante incidente pela credora Coasul Cooperativa Agroindustrial (ev. 1.024).

Recurso de embargos de declaração pelos credores Banco Bradesco S.A e Banco do Brasil S.A (ev. 1.106 e ev. 1.124).

Manifestação das Recuperandas em face das impugnações aos termos e objeções ao plano recuperacional, apresentando na oportunidade termos de adesão substitutivos (ev. 1.128).

Contrarrazões pelas Recuperandas aos recursos de embargos de declaração (ev. 1.144 e ev. 1.148).

Petição das Recuperandas juntando aos autos documento pessoal de Deonir Bocalon (ev. 1.150).



Manifestação da Administradora Judicial referente aos recursos de embargos de declaração e impugnações aos termos de adesão (ev. 1.151).

Manifestação do Órgão Ministerial sobre recursos de embargos de declaração (ev. 1.165).

Decisão dando provimento aos recursos de embargos de declaração, para o fim de delimitar o prazo inicial e final do *stay period*, determinando ainda a reabertura de prazo aos credores para manifestação quanto aos termos de adesão, eis que apresentados documentos em substituição (ev. 1.168).

A decisão supracitada determinou ainda, em caso de persistência ou nova impugnação, a intimação das Recuperandas e Administradora Judicial para manifestação (ev. 1.168).

O credor Banco do Brasil S.A ratificou a impugnação do ev. 915 (ev. 1.185).

As Recuperandas ratificaram a manifestação do ev. 1.128 (ev. 1.186).

Banco do Brasil S.A informou o recebimento de notificação extrajudicial pelo Recuperando Vilmar Francisco Zeni, com prazo para pagamento de seguro agrícola, de tal forma que procedeu ao depósito judicial do valor, requerendo a amortização da operação, mediante a utilização do valor da indenização (ev. 1.202).

Petição das Recuperandas pelo indeferimento do pleito do credor Banco do Brasil S.A e deferimento do levantamento em seu favor (ev. 1.203).

Decisão determinando a intimação da Administradora Judicial para manifestação (ev. 1.205).

Impugnação pela credora Turim Fertilizantes Beltrão Ltda (ev. 1211).

Manifestação de objeções ao plano de recuperação pela credora Rio Elias Insumos Agrícolas Ltda (ev. 1215).

Manifestação da Administradora Judicial em relação ao pedido de amortização da dívida, formulado pelo credor Banco do Brasil S.A no ev. 1202 (ev. 1227).

Decisão indeferindo o pedido formulado pelo credor Banco do Brasil S.A e determinando o levantamento de valores pelas Recuperandas (ev. 1230).

Petição com dados bancários pelas Recuperandas (ev. 1238).

Expedição de alvará eletrônico de levantamento (ev. 1242/1255).



Manifestação da Auxiliar do Juízo, em cumprimento à decisão do ev. 1230 (ev. 1269).

Certidão de atos processuais e intimação das Recuperandas para manifestação (ev. 1282).

Certidão de decurso do prazo, referente as objeções ao plano de recuperação judicial (ev. 1284).

Petição das Recuperandas em cumprimento a intimação do ev. 1269, ratificando os pedidos previamente efetuados e os termos da manifestação da Administradora Judicial no ev. 1169 (ev. 1286).

Conta de custas (ev. 1312).

Intimação da Administradora Judicial e respectiva manifestação (ev. 1324 e ev. 1332).

Pagamento de custas finais (ev. 1335).

Manifestação do Ministério Público, pela convocação da assembleia geral de credores, ante as objeções ao plano de recuperação (ev. 1346).

Decisão determinando a intimação das Recuperandas, para apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e/ou certidões positivas com efeito de negativas e/ou comprovação de parcelamento dos débitos, relativo aos entes Federal, Estadual e Municipal, nos quais haja sede das Recuperandas, nos moldes do art. 57, da Lei 11.101/2005 (ev. 1355).

[Manifestação da credora Turim Fertilizantes Beltrão Ltda \(ev. 1366\).](#)

Apresentação das certidões negativas municipais, estaduais e federais (ev. 1377).

[Objeções ao plano de recuperação judicial nos eventos 290, 366, 413, 473, 533, 543, 544, 554, 574, 841, 915, 959, 1180, 1185 e 1215.](#)

No que toca aos relatórios mensais de atividades, estes foram apresentados pela Administradora Judicial nos eventos 367, 753, 880, 980, 1187, 1287, 1332, 1382 e 1394.

Finalmente, após cumprido o determinado na decisão do ev. 1355, vieram os autos conclusos para realização do controle de legalidade e eventual concessão da recuperação judicial.

**É, em síntese, o relatório.**



**Decido.**

### **2.1. Da recuperação judicial**

Inicialmente, ressalto ser inegável a importância da recuperação judicial de empresas viáveis, tendo por base a importância do princípio da função social da empresa.

A Lei nº 11.101/2005 que substituiu o Decreto Lei 7.661/45 – Instituto da Concordata e da Falência, estabeleceu novas diretrizes para o tratamento direcionado as empresas que se encontrem em crise econômica-financeira, isso porque a quebra de uma empresa deixou de ser vista simplesmente como um problema de cunho individual, que atingiria apenas o empresário.

Pelo contrário, a Lei regulamentadora reconhece que as empresas que passam por dificuldades econômico-financeira, são em verdade um problema que reflete diretamente em toda a sociedade, sendo necessário fornecer suporte e unir esforços, dentro dos ditames legais, para soerguimento da sociedade empresária.

O instituto da recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

É nítido a necessidade de se manter um equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos, enfraquecendo-se a ideia de usar e dispor do instituto apenas em benefício de seu titular, chegando-se ao conceito da função social da empresa, fundamentado no interesse e bem de todos.

Veja-se que a lei almeja que a atividade empresarial viável seja preservada, haja vista o importante papel que lhe é atribuído frente à sociedade, sendo considerada uma fonte mantenedora da riqueza que circula no país, através da geração de empregos e tributos, circulação de bens e serviços, relação entre clientes, fornecedores e consumidores, bem como a inclusão social do homem, o desenvolvimento econômico da sociedade e a redução das desigualdades econômicas e sociais, tal como objetivado pelo sistema democrática de direito.

De se ver, portanto, que se de um lado há o caráter social, o interesse coletivo e o princípio da preservação da empresa, de outro temos os interesses individualmente considerados, os quais devem ser mitigados para o bem comum.

### **2.2. Das impugnações aos termos de adesão**



Apresentados os termos de adesão pelas Recuperandas (ev. 735), houve a dispensa da assembleia geral de credores, bem como abertura de prazo aos credores, para que, em querendo, apresentassem eventuais oposições, conforme preceitua o §1º, do art. 56-A da Lei nº 11.101/2005.

Sobreveio aos autos oposição pelos credores Banco do Brasil S.A, quanto aos termos de adesão dos credores Reovaldo José Zandoná, Fátima Capellari Zandoná e Espólio de Domingos Bocalon (ev. 915); Turim Fertilizantes Beltrão Ltda e Rio Elias Insumos Agrícolas Ltda, ambos quanto ao termo de adesão do credor Reovaldo José Zandoná (ev. 955 e 959).

Ante o exposto passo a análise das oposições.

#### **2.2.1. Oposição pelo credor Banco do Brasil S.A – termos de adesão de Reovaldo José Zandoná, Fátima Capellari Zandoná e Espólio de Domingos Bocalon**

O credor Banco do Brasil S.A apresentou oposição aos termos de adesão dos credores Reovaldo José Zandoná, Fátima Capellari Zandoná e Espólio de Domingos Bocalon, alegando em suma:

- Que o termo de adesão do credor Reovaldo José Zandoná teria sido assinado por procuração (ev. 735.3), não sendo apresentada a devida procuração, mas apenas certidão, a qual estaria incompleta; a certidão teria sido emitida em 09/04/2015, há mais de 06 (seis) anos, diante da sua impossibilidade de assinar atos, sendo, portanto, necessário esclarecer se a impossibilidade ainda persistiria; da leitura da certidão, não haveria outorga específica para o ato; diante da exclusão do termo, as recuperandas não alcançariam o quórum de 50% da classe II.

- Que o termo de adesão do credor Espólio de Domingos Bocalon foi assinado pela viúva Iolanda Bocalon (735.7); segundo certidão de óbito, o *de cujus* teria deixado a mulher Iolanda Bocalon e um filho maior, Deonir Bocalon; não teria sido juntado o devido termo de nomeação de inventariante, sendo necessário a concordância de todos os herdeiros; diante da exclusão do termo, as recuperandas não alcançariam o quórum de 50% por cabeça na classe II, pugnando pela realização da assembleia geral de credores.

De antemão, esclareço que muito embora o credor Banco do Brasil S.A mencione oposição ao termo de adesão de Fátima Capellari Zandoná, não se observa qualquer impugnação específica em relação a esta, mas apenas indicação, razão pela qual não há que se falar em análise da alegação, pela carência de fundamentação e assinatura reconhecida desta junto ao termo.

Visando regularizar eventuais vícios, as Recuperandas se manifestaram no ev. 1128, apresentando termo de adesão substitutivo em relação ao credor Reovaldo José Zandoná,



firmado por seu curador Reovaldo Fiorelo Zandoná, conforme ev. 1128.2, bem como termo de adesão do Espólio de Domingos Bocalon, firmado pela inventariante Iolanda Bez Bocalon, conforme ev. 1128.

Apresentaram ainda o documento de Deonir Bocalon no ev. 1150.

Dito isto, tem-se que as Recuperandas procederam a regularização dos termos de adesão que sofreram oposição, uma vez que o termo do credor Reovaldo José Zandoná foi apresentado devidamente assinado por seu Curador e representante legal Reovaldo Fiorelo Zandoná (ev. 1128.2/3), enquanto o termo do credor Espólio de Domingos Bocalon, assinado pela representante legal Iolanda Bez Bocalon, teve demonstrado de forma satisfatória sua outorga e condição de inventariante, ante a juntada da escritura pública de inventário e partilha de bens extrajudicial (ev. 1128.4/5).

Ressalto que muito embora o termo de adesão do credor Reovaldo José Zandoná tenha sido apresentado inicialmente assinado pela Sr<sup>a</sup>. Fátima Capellari Zandoná, não houve mudança substancial, eis que o credor mantém sua condição de incapacidade para os atos da vida civil, se tratando, portanto, de mera regularização da assinatura.

Certamente haveria outro cenário em caso de apresentação de um termo assinado por representante, quando da ausência de qualquer incapacidade, o que não se observa no presente caso.

Destarte, no que atina ao termo do credor Espólio de Domingos Bocalon, resta claro que apenas houve a demonstração, por meio da escritura pública de inventário extrajudicial, da regularidade da assinatura da representante do Espólio lançada no documento, não havendo motivos para sua rejeição.

Não obstante, a Administradora Judicial manifestou-se no ev. 1151, pela perda do objeto das oposições, diante da regularização dos termos de adesão.

Importante ressaltar ainda, que não se observa no caso concreto, qualquer indício de que os termos sejam falsos ou fraudulentos, tanto que, foram suscetíveis de regularização.

Ante o exposto, **REJEITO** as oposições do credor Banco do Brasil S.A em face dos termos de adesão de Reovaldo José Zandoná, Fátima Capellari Zandoná e Espólio de Domingos Bocalon, mantendo-os hígidos, ante sua regularização.

## **2.2.2. Oposição pelas credoras Turim Fertilizantes Beltrão Ltda e Rio Elias Insumos Agrícolas Ltda – termo de adesão Reovaldo José Zandoná**

A credora Turim Fertilizantes Beltrão Ltda apresentou oposição ao termo de adesão do credor Reovaldo José Zandoná (ev. 955 e 959), alegando em suma:



- Que o termo de adesão é passível de nulidade, diante de decisão de tutela de urgência nos autos n. 0001316-66.2018.8.16.0076, em trâmite perante a Vara Cível da Comarca de Coronel Vivida – PR, em que foi nomeado curador do credor seu filho Reovaldo Fiorelo Zandoná, estando, portanto, revogada a procuração outorgada em favor da Sr<sup>a</sup>. Fátima Capelari Zandoná, nos termos do que dispõe o art. 682, II do Código Civil (ev. 955 – Turim Fertilizantes Beltrão Ltda).

- Que nos termos da lei regulamentadora do processo de recuperação judicial, o termo de adesão deve ser juntado aos autos no prazo de 5 (cinco) dias antes da assembleia geral de credores, não podendo ser retificado e devendo ser excluído (ev. 955 – Turim Fertilizantes Beltrão Ltda).

As Recuperandas se manifestaram no ev. 1128, apresentando documentos hábeis a regularizar os termos, enquanto a Administradora Judicial manifestou-se no ev. 1151, pela perda do objeto dos requerimentos.

Resta claro que a oposição no que se refere a nulidade do termo de adesão assinado pela Sr.<sup>a</sup> Fátima Capelari Zandoná, na qualidade de representante do Sr. Reovaldo José Zandoná, perde seu objeto, nos termos do que já foi exposto no subitem anterior, visto que as próprias Recuperandas compareceram aos autos, apresentando o termo de curatela expedido e termo de adesão substitutivo.

Malgrado, já foi asseverado a ausência de mudança substancial no ato, se tratando de mera regularização na assinatura do representante, incapaz de descaracterizar à vontade expressa pelo credor quando da apresentação do primeiro termo, visto que persiste é atual sua condição de incapaz.

Sobre a alegação de necessidade de juntada do termo de adesão no prazo de 5 (cinco) dias antes da assembleia geral de credores, vejamos o que dispõe a Lei nº 11.101/2005:

Art. 56-A. Até 5 (cinco) dias antes da data de realização da assembleia-geral de credores convocada para deliberar sobre o plano, o devedor poderá comprovar a aprovação dos credores por meio de termo de adesão, observado o quórum previsto no art. 45 desta Lei, e requerer a sua homologação judicial.

§ 1º No caso previsto no caput deste artigo, a assembleia-geral será imediatamente dispensada, e o juiz intimará os credores para apresentarem eventuais oposições, no prazo de 10 (dez) dias, o qual substituirá o prazo inicialmente estipulado nos termos do caput do art. 55 desta Lei.

§ 2º Oferecida oposição prevista no § 1º deste artigo, terá o devedor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar-se a respeito, ouvido a seguir o administrador judicial, no prazo de 5 (cinco) dias.



Extraí-se do texto da lei, que os termos de adesão devem necessariamente serem apresentados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias a realização do ato assemblear, devendo inclusive atingir na oportunidade o quórum mínimo previsto em lei (arts. 39, § 4º, e 45-A, da Lei nº 11.101 /2005).

Da análise dos autos, se observa que os termos de adesão foram juntados ao processo no ev. 735, na data de 24/11/2021, enquanto a assembleia geral de credores estava convocação em primeira e segunda convocação, para as datas respectivas de 08/12/2021 e 15/12/2021, conforme edital expedido no ev. 651 dos autos.

Logo, é cristalino que as Recuperandas respeitaram de forma escoreita a determinação contida na norma legal, apresentando os termos de adesão com antecedência de muitos mais dias do que o exigido.

Dito isto, convém ressaltar que ao contrário do que alega a credora Turim Fertilizantes Beltrão Ltda em sua oposição, a Lei nº 11.101/2005 em nenhum momento veda de forma expressa a retificação de eventual termo de adesão.

Por outro lado, ainda que muito embora também não haja autorização expressa na norma, tenho que, persiste a possibilidade de retificação do termo, seja considerando os princípios basilares do processo recuperacional ou expressa manifestação da vontade quando da assinatura do primeiro termo de adesão apresentado.

Ademais, conclui-se que caso não fosse do interesse do legislador oportunizar a manifestação do devedor, propiciando assim eventual réplica ou regularização infimamente formal dotada de mero equívoco, não teria acrescido o §2º ao artigo acima colacionado.

Ora, a inovação do art. 45-A trazida pela reforma da Lei nº 11.101/2005 por meio da Lei nº 14.112/2020, está intimamente ligada a modalidades alternativas essenciais para que a edificação de uma nova realidade na realização das assembleias gerais de credores, visando um procedimento mais célere e menos custoso possível.

A Auxiliar do Juízo na qualidade de fiscalizadora, emitiu parecer quanto as oposições apresentadas em face do termo de adesão, manifestando-se por sua regularidade, opinando pela homologação do plano e concessão da recuperação judicial.

Acrescenta-se, mais uma vez, não se constatar qualquer indício de que o termo seja falso ou fraudulento, restando claro que o credor possuía a efetiva vontade e intenção em aderir ao plano de recuperacional, o que apenas veio a ratificar quando da retificação de seu ato dotado de *animus*.

Quanto às alegações de discordância da legitimidade, validade, importância ou classificação do crédito, pela suposta nulidade do contrato de arrendamento celebrado entre o credor e as Recuperandas, como bem exposto pela Administradora Judicial, a discussão deve ser



objeto de demanda própria e específica, não havendo que se falar na validade do negócio jurídico nestes autos, sendo, evidentemente, meio inadequado para arguição da controvérsia.

No que se refere a oposição da credora Rio Elías Insumos Agrícolas Ltda (ev. 959), depreende-se que houve basicamente a ratificação da oposição apresentada pelo credor Banco do Brasil S.A no ev. 915, com ínfima modificação, a qual já foi objeto de apreciação no subitem anterior da presente sentença.

Ante o exposto, **REJEITO** as oposições das credoras Turim Fertilizantes Beltrão Ltda e Rio Elías Insumos Agrícolas Ltda, em face dos termos de adesão de Reovaldo José Zandoná, ante sua regularização.

### **2.3. Do controle de legalidade do plano de recuperação judicial apresentado pelas Recuperandas**

O plano de recuperação judicial foi apresentado no ev. 186.2, com os laudos econômico financeiro e de avaliação dos bens. Posteriormente, houve sua retificação no ev. 441, exclusivamente no que se refere à subclasse para cooperativas de crédito detentoras de garantia real, alterando a quantidade de parcelas anuais para pagamento do crédito.

Saliento que foram apresentadas objeções ao plano de recuperação judicial nos eventos 290, 366, 413, 473, 533, 543, 544, 554, 574, 841, 915, 959, 1180, 1185 e 1215, as quais passa-se a análise.

Outrossim, consigno que os termos de adesão substituem o ato conclave entre as empresas em recuperação e seus credores, equiparando-se ao ato assemblear, possuindo, portanto, igual validade e legalidade, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Não menos importante, convém asseverar que não incumbe a este Juízo adentrar em questões que digam respeito a viabilidade econômica das Recuperandas, a qual constitui mérito da soberana vontade da assembleia geral de credores ou procedimento equivalente.

#### **2.3.1. Objeção à cláusula 4.3.1 – Novação da dívida e extensão aos coobrigados, avalistas e fiadores**

Estabeleceram as Recuperandas no plano de recuperação judicial, que nos termos do art. 59 da LRF, uma vez aprovado e homologado o plano de recuperação, haveria a novação, de forma a constituir a dívida reestruturada, de tal modo que todas as obrigações, índices e correções, multas e penalizações, hipóteses de vencimento antecipado, declarações e garantias, assim



como demais obrigações não compatíveis, devem permanecer suspensas até o integral cumprimento todas as obrigações previstas que se vencerem dentro de 2 (dois) anos depois da homologação.

Estipularam que as ações judiciais e execuções em curso, sejam em face das Recuperandas, sócios, afiliados ou administradores, devem ser extintas, ocorrendo a respectiva liberação de eventuais valores e/ou bens bloqueados, eis que a presente sentença constitui título executivo judicial, podendo ser executada em caso de descumprimento das cláusulas pactuadas.

O plano prevê ainda, que após a quitação integral dos valores na forma pactuada no plano, ocorrerá automática revogação e extinção, para todos os efeitos, de todas as garantias fidejussórias e reais outorgados pelos respectivos garantidores no âmbito dos instrumentos que originaram os créditos, de pessoas físicas ou jurídicas, sem limitação aos avais, fianças e coobrigação e /ou solidariedade passiva.

Em sede de objeções ao plano recuperacional, os credores alegaram que não há previsão legal para novação de dívidas aos seus sócios, coobrigados, avalistas e demais garantidores, ocorrendo a quitação das obrigações assumidas apenas se pagas de forma integral e quando cumpridos todos os termos dos contratos originalmente pactuados.

A extinção das execuções em face das Recuperandas de fato deve ocorrer, não havendo que se falar apenas em suspensão, ante a novação do crédito sujeito aos efeitos da recuperação e possibilidade de execução da sentença em caso de descumprimento do plano proposto, aprovado e homologado.

Trata-se do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL DIREITO EMPRESARIAL E CIVIL. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO DO PLANO. NOVAÇÃO. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS AJUIZADAS CONTRA A RECUPERANDA. EXTINÇÃO.** 1. "A novação resultante da concessão da recuperação judicial após aprovado o plano em assembleia é sui generis, e as execuções individuais ajuizadas contra a própria devedora devem ser extintas, e não apenas suspensas" (REsp 1272697/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 02/06/2015, DJe 18/06/2015). 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1732178 RS 2018/0069534-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/09/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/09/2018). (grifei).

Todavia, se tratando de credor que não tenha manifestado expressa concordância com a liberação de eventual garantia real ou fidejussória, não há que se falar em extinção ou suspensão de execuções em face do devedor coobrigado ou garantidor, podendo o credor dar prosseguimento à execução pelos meios que bem entender.

Trata-se do entendimento sedimentado da Corte da Cidadania:



CIVIL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTROLE DE LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE GARANTIAS. SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES. CLÁUSULAS ILEGAIS. PRECEDENTES DO STJ. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 568 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo n.º 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016)

serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Esta Corte já pacificou o entendimento de que o juiz está autorizado a realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial, sem adentrar no aspecto da sua viabilidade econômica, a qual constitui mérito da soberana vontade da assembleia geral de credores (REsp 1.660.195/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe de 10/4/2017).

3. No STJ prevalece a compreensão de que, não obstante o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e **impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral** (AgInt no AREsp 1.176.871/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15/03/2018, DJe de 20/03/2018).

4. A eg. Segunda Seção do STJ firmou recentemente o entendimento segundo o qual não é possível à Assembleia Geral suprimir garantias reais e fidejussórias previstas no plano de recuperação judicial, sem a anuência do credor (REsp 1.794.209/SP, relator Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado aos 12/5/2021, DJe de 29/6/2021), isso porque, como ficou delineado no referido precedente qualificado, o artigo 49, § 2º, da Lei 11.101/2005, ao mencionar que as obrigações observarão as condições originalmente contratadas, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano, está se referindo a obrigação e, em consequência, a deságios, a prazos e encargos e não a garantias.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp n. 1.846.813/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 26/9/2022, DJe de 28/9/2022.). (grifei).

No que se refere à alegação de ilegalidade de novação da dívida também em relação aos sócios, afiliados ou administradores, garantidores, coobrigados, avalistas ou fiadores, maior sorte não socorre aos objetantes.

Há entendimento jurisprudencial consolidado no sentido de que é possível dispensar coobrigados e avalistas, uma vez persistindo anuência expressa dos credores com a liberação das garantias.



Todavia, eventual regra não será aplicada ao credor que deixe de comparecer a assembleia geral de credores, que conforme o presente caso, não tenha aderido ao plano mediante assinatura do termo de adesão, ou ainda, tenha se manifestado de expressamente contrário.

**RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. NOVAÇÃO. EXTENSÃO. COOBRIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIAS. SUPRESSÃO OU SUBSTITUIÇÃO. CONSENTIMENTO. CREDOR TITULAR. NECESSIDADE.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir se a cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão das garantias reais e fidejussórias pode atingir os credores que não manifestaram sua expressa concordância com a aprovação do plano. 3. **A cláusula que estende a novação aos coobrigados é legítima e oponível apenas aos credores que aprovaram o plano de recuperação sem nenhuma ressalva, não sendo eficaz em relação aos credores ausentes da assembleia geral, aos que abstiveram-se de votar ou se posicionaram contra tal disposição.** 4. **A anuência do titular da garantia real é indispensável na hipótese em que o plano de recuperação judicial prevê a sua supressão ou substituição.** 5. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1885536 MT 2020/0181227-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 12/05/2021, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 29/06/2021). (grifei).

**AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. NOVAÇÃO. EXTENSÃO. COOBRIGADOS. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA. SÚMULA N. 581 /STJ. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO OU SUBSTITUIÇÃO. EXCEÇÃO. CONSENTIMENTO DO CREDOR TITULAR. NECESSIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.** 1. Nos termos do precedente fixado pela Segunda Seção do STJ, por ocasião do julgamento do Resp 1.794.209/SP, "a cláusula que estende a novação aos coobrigados é legítima e oponível apenas aos credores que aprovaram o plano de recuperação sem nenhuma ressalva, não sendo eficaz em relação aos credores ausentes da assembleia geral, aos que abstiveram-se de votar ou se posicionaram contra tal disposição." ( REsp 1794209/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/5/2021, DJe 29/6/2021) 2. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1745189 CE 2018/0133013-7, Data de Julgamento: 19 /09/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/09/2022). (grifei).

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO NCPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. SUPRESSÃO DAS GARANTIAS CAMBIAIS, REAIS OU FIDEJUSSÓRIAS. APLICAÇÃO SOMENTE AOS CREDORES QUE EXPRESSAMENTE DERAM ANUÊNCIA. QUESTÃO PACIFICADA PELA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016)



serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não há falar em violação do art. 489 do NCPC quando a decisão está clara e suficientemente fundamentada, resolvendo integralmente a controvérsia.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a novação decorrente de cláusula do plano de recuperação judicial que estabelece supressão das garantias cambiais, reais ou fidejussórias somente se aplica aos credores que, expressamente, a ela anuíram. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 2.115.252/MT, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 26/9/2022, DJe de 28/9/2022.)

Veja-se, portanto, que não há ilegalidade na cláusula que prevê a supressão ou substituição de garantia cambial, real ou fidejussória, sendo, entretanto, oponível pelos credores que se manifestaram contrários ou não participaram do ato que aprovou o plano de recuperação pelos credores.

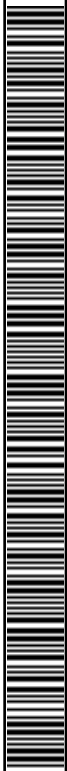
Dito isto, **REJEITO** a objeção.

### **2.3.2. Objeção à cláusula 4.3.3 – Deságio, correção monetária, prazos de carência e pagamento**

Assentaram as Recuperandas no plano de recuperação, previsão de remissão parcial do saldo existente, no percentual de 70% (setenta por cento) do montante total do débito homologado no Quadro Geral de Credores, para pagamento no período de 20 (vinte) anos, em parcelas anuais, cujo vencimento ocorrerá após a safra de grãos realizada na atividade agrícola, em 30 de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento efetuado em dois anos após a data da publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Diversos credores apresentaram objeção à referida cláusula, alegando, em suma, que o deságio de 70% (setenta por cento) se mostra extremamente elevado, ilegalidade na utilização da taxa de correção TR, juros de 2% ao ano, 2 (dois) anos de carência e saldo a ser pago dentro do período de 20 (vinte) anos.

No entanto, o pedido dos credores não comporta acolhimento, visto que não se constata qualquer ilegalidade na referida previsão, não se vislumbrando invalidade, tampouco afronta ao Princípios Contratuais, pois, no presente caso, a norma jurídica especial prevê que as deliberações sobre as cláusulas do Plano de Recuperação Judicial devem ser realizada em Assembleia



Geral de Credores ou aprovadas mediante atingimento da colheita de termos de adesão em quórum específico, possuindo os credores o poder de votar ou aderir pela aprovação ou não da proposta de pagamento.

Ora, a lei não indica o percentual de deságio, o período de carência, o prazo máximo para pagamento e o índice de correção monetária a serem observados, do que se conclui que referidas questões podem ser livremente deliberadas pelos credores, como aliás, o foram na espécie quando mais da metade dos credores, em cada classe aderiu ao plano de recuperação proposto, mediante adesão.

No caso, o que de fato se vislumbra é a validade do negócio jurídico plurilateral, vez que presentes e respeitados os pressupostos dos arts. 104, 166 e 122, do CC, especialmente porque realizado por partes capazes (credores e devedoras), revestidos da forma e solenidade previstas em lei (procedimento e quóruns previstos na Lei 11.101/2005), motivo determinante lícito (preservação da empresa em recuperação judicial), e ausência de fraude ou proibição legal.

Nesta perspectiva, interpretando-se tais condições; deságio, correção monetária pela TR; carência; prazo de carência e pagamento, inclusive, sob os limitadores subjetivos da probidade, boa-fé, usos e costumes, não se revelam manifestamente excedentes aos limites impostos pelo fim econômico ou social do processo de recuperação judicial (arts. 113, 187 e 422, do CC), pois o processo de recuperação judicial pressupõe a disponibilidade de direitos por parte dos credores, os quais, uma vez lhes sendo oportuno, assumem riscos econômicos.

Não destoam o entendimento jurisprudencial perfilhado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná e outros Estados:

**DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO JUDICIALMENTE HOMOLOGADO, COM RESSALVAS. ALEGADA ABUSIVIDADE DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. DESÁGIO, PRAZOS DE CARÊNCIA, PRAZOS DE PAGAMENTO E ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. QUESTÕES DE DIREITO PATRIMONIAL DISPONÍVEL QUE ENVOLVEM O EXAME DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PLANO. SOBERANIA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. REVISÃO JUDICIAL. NÃO CABIMENTO. CONTROLE JUDICIAL DE LEGALIDADE, DE CARÁTER EXCEPCIONAL. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE SUPRESSÃO DE GARANTIAS DOS COBRIGADOS. APLICAÇÃO DO ART. 59 DA LEI N. 11.105/2005. PREVISÃO DE PAGAMENTO DOS CRÉDITOS ALÉM DO BIÊNIO LEGAL DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL DO PLANO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 61 DA LEI N. 11.105/2005. ILEGALIDADES NÃO VERIFICADAS.1. Recurso de agravo de instrumento conhecido, e, no mérito, não provido. (TJPR - 17ª C.Cível - 0019047-70.2022.8.16.0000 - Nova Esperança - Rel.: DESEMBARGADOR MARIO LUIZ RAMIDOFF - J. 22.08.2022). (grifei).**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO PELA MAIORIA DOS CREDITORES. SOBERANIA. CONTROLE DE LEGALIDADE, BOA-FÉ E ORDEM PÚBLICA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE OS CREDITORES DE UMA MESMA**



CLASSE. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA. DESÁGIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES. MANUTENÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO. Plano de recuperação judicial. Homologação. **Aprovação pela maioria dos credores em assembleia designada para tal fim. Impugnação. Deságio. Possibilidade de previsão. Percentual sem ilegalidades. Carência. Validade.** Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RJ - AI: 00741519720218190000, Relator: Des(a). LUIZ EDUARDO C CANABARRO, Data de Julgamento: 17/05/2022, NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/05/2022). (grifei).

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PLANO DE RECUPERAÇÃO: APROVAÇÃO- CRÉDITOS TRABALHISTAS: NÃO CONHECIMENTO - DESÁGIO: POSSIBILIDADE - NATUREZA NEGOCIAL.** 1. Não cabe a credor, na condição de pessoa jurídica e titular de crédito quirografário, debater aspectos específicos do plano de recuperação judicial atinentes aos créditos trabalhistas, pois ele não se enquadra naquela categoria privilegiada. 2. **Conforme entendimento em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), inviável o aprofundamento judicial sobre os aspectos eminentemente negociais do plano de recuperação judicial, inclusive sobre deságio e diferimento.** (TJ-MG - AI: 10000211479936000 MG, Relator: Oliveira Firmo, Data de Julgamento: 29/03/2022, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 31/03/2022). (grifei).

Agravo de instrumento – **Recuperação judicial** – Decisão recorrida que homologou, com ressalvas, o plano de recuperação judicial de Big Brands Launcher Confecções Ltda. e outras – Inconformismo do credor – Abusividade e/ou ilegalidade da representação de determinados credores no ato assemblear não verificada – **Condições de pagamento dos créditos quirografários – Carência de 24 meses, deságio de 70%, prazo de pagamento de 30 parcelas semestrais, atualização monetária pela TR e juros de 1,00% ao ano – Ausência de abuso e/ou ilegalidade – Condição de pagamento que se insere no âmbito da viabilidade econômica do plano – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Câmara Reservada de Direito Empresarial** – Decisão mantida – Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 21269384020228260000 SP 2126938-40.2022.8.26.0000, Relator: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 01/09/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 01/09/2022). (grifei).

Ante o exposto, resta cristalino que as questões objeto de irrisignação não são passíveis de modificação por este Juízo, uma vez que se tratam de questões eminentemente negociais dos devedores com seus credores.

Assim, diante da aprovação por adesão da maioria dos credores integrantes do quadro geral de credores, principais interessados, por lógica, persiste a aceitação expressa, devendo ser soberana e aplicada à coletividade.

À vista disso, **REJEITO** a objeção.

### 2.3.3. Objeção à cláusula 5 – Alienações de UPI s



Persiste nos autos objeção à destinação dos recursos obtidos com a eventual alienação de ativos, sob a alegação de que nada estaria beneficiando os credores. Sustentou-se, ainda, que quaisquer recursos obtidos com a venda/alienação de bens das Recuperandas devem ser direcionados exclusivamente para o pagamento dos credores concursais.

A constituição de unidades produtivas isoladas é prática comum em processos de recuperações judiciais, estando condicionada à concordância dos credores quando da tomada de decisão em aprovar ou não o plano de recuperação judicial:

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEI Nº 11.101/2005. DECISÃO AGRAVADA QUE CONCEDEU A RECUPERAÇÃO JUDICIAL ÀS AUTORAS, HOMOLOGANDO O PLANO APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. POSSIBILIDADE DE CONTROLE JUDICIAL DE LEGALIDADE (STJ, RESP Nº 1.532.943/MT). QUESTIONAMENTO, PELA AGRAVANTE, DE CLÁUSULAS DO PLANO. CLÁUSULA 5.6. LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. NEGOCIAÇÃO ADMITIDA POR FORÇA DO DISPOSTO NO ARTIGO 49, § 2º DA LEI Nº 11.101/2005. VINCULAÇÃO DE TODOS OS CREDORES SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDISTINTAMENTE. NULIDADE AFASTADA. CLÁUSULA 3.4.2. **PREVISÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA (UPI GR) PARA PAGAMENTO DOS CREDORES DETENTORES DE GARANTIA REAL (CLASSE II). INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE OU ILEGALIDADE. CLÁUSULA QUE PROJETA EFEITOS FUTUROS E INCERTOS. EVENTUAL CONFIRMAÇÃO DA PRETENSÃO DE CRIAÇÃO DA UPI QUE ESTÁ SUJEITA À CONCORDÂNCIA DOS CREDORES E AO CONTROLE DE LEGALIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO.** DECISÃO AGRAVADA MANTIDA NA PARTE AGRAVADA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 17ª C. Cível - 0052755-53.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargador Lauri Caetano da Silva - J. 15.08.2019). (TJ-PR - AI: 00527555320188160000 PR 0052755-53.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargador Lauri Caetano da Silva, Data de Julgamento: 15/08/2019, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 16/08/2019). (grifei).

Logo, havendo previsão no plano de constituição de UPI e aprovação do plano de recuperação pela maioria dos credores, não há que questionar sua validade, pois demonstra o interesse da maioria em sobreposição a minoria.

Ademais, como bem exposto no feito, a alienação de UPI precede de processo transparente e de ampla divulgação em edital, tornando-se acessível a todos os interessados e especialmente aos credores das Recuperandas.

O Superior Tribunal de Justiça vem consolidando a matéria no sentido de que como regra, a venda de uma UPI - Unidade Produtiva Isolada (UPI)1 deve se dar na forma do artigo 142 da Lei 11.101/05, como previsto no art. 60 da mesma norma.



Malgrado, a Lei n 11.101/2005 prevê expressamente quanto à possibilidade da venda de bens das Recuperandas, seja por autorização judicial ou pactuação clara no plano de recuperação judicial aprovado:

Art. 66-A. A alienação de bens ou a garantia outorgada pelo devedor a adquirente ou a financiador de boa-fé, desde que realizada mediante autorização judicial expressa **ou prevista em plano de recuperação judicial ou extrajudicial aprovado**, não poderá ser anulada ou tornada ineficaz após a consumação do negócio jurídico com o recebimento dos recursos correspondentes pelo devedor. (grifei).

No mesmo sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO QUE HOMOLOGOU O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES – RECURSO DE CREDOR. ALEGAÇÃO DE QUE O MM. JUÍZO A QUO NÃO EXERCEU O CONTROLE DE LEGALIDADE DO PLANO – PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE EXERCER O CONTROLE DE LEGALIDADE – [...] AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO PAR CONDITIO CREDITORIUM. ALEGAÇÃO QUE A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS INDEPENDE DE CONSENSO ENTRE AS PARTES – IRRELEVÂNCIA – PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NADA DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA (OU NÃO) DE IMPOSTO SOBRE AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE NA CLÁUSULA 8.3 (VENDA DE ATIVOS) – IMPROCEDÊNCIA – AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE – CLÁUSULA QUE ATENDE O COMANDO DO ARTIGO 66 DA LEI Nº 11.101/2005 – NECESSIDADE DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL QUANTO AO ANEXO QUE CONSTARAM OS ATIVOS (BENS, VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS, ETC) QUE PODERÃO SER ALIENADOS. PEDIDO DE REVISÃO DE TEMAS QUE ENVOLVEM FORMA DE PAGAMENTO, DESÁGIO, AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE JUROS, PRAZO DE CARÊNCIA, ETC. – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELO PODER JUDICIÁRIO – QUESTÕES QUE VERSAM SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS AGRAVADAS – ASSUNTOS DELIBERADOS E APROVADOS PELOS CREDORES EM ASSEMBLEIA GERAL – SOBERANIA DA DECISÃO ASSEMBLEAR SOBRE AS QUESTÕES NEGOCIAIS – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - 0029480-75.2018.8.16.0000 - Terra Boa - Rel.: DESEMBARGADOR RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO - J. 29.11.2018). (grifei).**

Destarte, não há que se falar que a venda de ativos da empresa para inserção de capital, sem prévia deliberação e aprovação em AGC prejudica os credores, posto que, a colheita dos termos de adesão no quórum necessário equivale a realização do ato assemblar, ocorrendo a aprovação do plano de igual forma, por adesão.

Logo, tem-se que ausente qualquer ilegalidade na criação e venda de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, eis que expressamente prevista no plano de recuperação judicial e aceito pela maioria dos credores.

Pelas razões expostas, **REJEITO** a objeção.



#### **2.4. Do alcance do quórum via termos de adesão, dispensa da assembleia geral de credores e concessão da recuperação judicial**

A Lei nº 14.112/2020, vigente desde 23/01/2021, trouxe consideráveis modificações à Lei nº 11.101/2005, sendo uma delas a possibilidade de dispensa da realização da assembleia geral de credores, mediante a aprovação do plano de recuperação proposto por termos de adesão, nos termos do que dispõe o art. 56-A.

Art. 56-A. Até 5 (cinco) dias antes da data de realização da assembleia-geral de credores convocada para deliberar sobre o plano, o devedor poderá comprovar a aprovação dos credores por meio de termo de adesão, observado o quórum previsto no art. 45 desta Lei, e requerer a sua homologação judicial.

§ 1º No caso previsto no caput deste artigo, a assembleia-geral será imediatamente dispensada, e o juiz intimará os credores para apresentarem eventuais oposições, no prazo de 10 (dez) dias, o qual substituirá o prazo inicialmente estipulado nos termos do caput do art. 55 desta Lei.

§ 2º Oferecida oposição prevista no § 1º deste artigo, terá o devedor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar-se a respeito, ouvido a seguir o administrador judicial, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º No caso de dispensa da assembleia-geral ou de aprovação do plano de recuperação judicial em assembleia-geral, as oposições apenas poderão versar sobre:

- I - não preenchimento do quórum legal de aprovação;
- II - descumprimento do procedimento disciplinado nesta Lei;
- III - irregularidades do termo de adesão ao plano de recuperação; ou
- IV - irregularidades e ilegalidades do plano de recuperacao.

Em análise aos termos de adesão apresentados, se observa serem documentos claros e dotados de informações precisas.

Outrossim, lograram êxito as Recuperandas em comprovar a aprovação dos credores ao plano por meio dos termos, uma vez que colheram adesões suficientes para atingir o quórum previsto no art. 45 da Lei Regulamentadora, que assim prevê:



Art. 45. Nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta.

§ 1º Em cada uma das classes referidas nos incisos II e III do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes.

§ 2º Nas classes previstas nos incisos I e IV do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada pela maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito.

§ 3º O credor não terá direito a voto e não será considerado para fins de verificação de quórum de deliberação se o plano de recuperação judicial não alterar o valor ou as condições originais de pagamento de seu crédito.

A Administradora Judicial ratificou em sua manifestação do ev. 740, que restou atingido o referido quórum para fins de homologação do plano de recuperação judicial, *ipsis litteris* :

**Créditos Derivados da Legislação Trabalhista:**04 (quatro) credores equivalentes à 100% (cem por cento) dos representantes dos credores da classe, aderiram ao Plano de Recuperação Judicial por meio de Termo de Adesão;

**Créditos com Garantia Real:** 07 (sete) credores equivalentes à 63,64% (sessenta e três, sessenta e quatro por centos) dos representantes dos credores da classe, bem como 57,66% (cinquenta e sete, sessenta e seis por cento) do valor dos créditos da classe, aderiram ao Plano de Recuperação Judicial por meio de Termo de Adesão;

**Créditos Quirografários:**23 (vinte e três) credores, equivalente à 51,11% (cinquenta e um, onze por cento) dos representantes dos credores da classe, bem como 61,61% (sessenta e um, sessenta e um por cento) do valor dos créditos da classe, aderiram ao Plano de Recuperação Judicial por meio de Termo de Adesão;

**Créditos ME / EPP:**06 (seis) credores, equivalente à 54,55% (cinquenta e quatro, cinquenta e cinco por cento) dos representantes dos credores da classe, aderiram ao Plano de Recuperação Judicial por meio de Termo de Adesão.

Apresentou ainda, a Auxiliar do Juízo, quadro com a relação completa dos credores da presente recuperação judicial, especificando de forma pormenorizada o credor, classificação, valor do crédito e porcentagem por valor e cabeça, indicando os aderentes e somatória final, conforme arquivo encartado aos autos no ev. 740.2. Veja-se em resumo:



ADESÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (MOV. 441)							
RECUPERANDAS: GRUPO ZENI							
RECUPERAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº 0003921-09.2021.8.16.0131 - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATO BRANCO/PR							
CLASSE	Nº TOTAL DE CREDITORES	VALOR	% POR CLASSE	APROVAÇÃO DO PRJ VIA TERMO DE ADESÃO			
				Nº DE CREDITORES	% POR CABEÇA	VALOR	% POR VALOR
CLASSE I - TRABALHISTA	4	5.182,50	0,02%	4	100,00%	-	-
CLASSE II - GARANTIA REAL	11	11.753.617,25	48,69%	7	63,64%	6.777.321,52	57,66%
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO	45	12.316.770,95	51,02%	23	51,11%	7.588.605,83	61,61%
CLASSE IV - ME/EPP	11	66.588,69	0,28%	6	54,55%	-	-
TOTAL	71	24.142.159,39	100,00%	40		14.365.927,35	

CLASSE	RESULTADO
CLASSE I - TRABALHISTA	PRJ APROVADO
CLASSE II - GARANTIA REAL	PRJ APROVADO
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO GERAL	PRJ APROVADO
CLASSE IV - EPP/ME	PRJ APROVADO
RESULTADO FINAL	PRJ APROVADO

Em vista disso, não merece acolhimento o pedido formulado pelo Ministério Público em sua manifestação do ev. 1346, eis que não há que se falar em realização da assembleia geral de credores, a qual restou dispensada quando da apresentação dos termos de adesão.

**DIANTE DE TODO EXPOSTO**, considerando que o plano de recuperação judicial restou aprovado pela maioria dos credores, não havendo qualquer ilegalidade, estando assegurado o direito dos credores e o princípio maior da preservação da empresa, **CONCEDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL** às Recuperandas **Auto Posto Zeni Ltda, pessoa jurídica de direito privado**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.818.376/0001-69, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 325, centro, em Itapejara D'Oeste – PR, CEP 85.580-000, de responsabilidade limitada; **Vilmar Francisco Zeni Agrícola, empresário individual rural**, inscrito no CNPJ sob o nº 40.809.821/0001-98, com sede na Comunidade Linha Ipiranga, sem número, Zona Rural, em Itapejara D'Oeste –PR, CEP 85.580-000; **André Francisco Zeni Agrícola, empresário individual rural**, inscrito no CNPJ sob o nº 40.810.682/0001-12, com sede à Comunidade Linha Ipiranga, sem número, Zona Rural, em Itapejara D'Oeste –PR; **Vilmar Francisco Zeni**, brasileiro, casado, **empresário rural**, portador do RG nº 5.234.456-5, inscrito no CPF sob o nº 839.611.199-53, residente e domiciliado à rua Cláudio João Antonioli, nº 701, centro, Itapejara D'Oeste –PR, CEP 85.580-000 e **André Francisco Zeni**, brasileiro, casado, **empresário rural**, portador do RG nº 108033126, inscrito no CPF sob o nº 075.111.229-14, residente e domiciliado na Rua José da Silva, nº 712, bairro Industrial, município de Itapejara D'Oeste – PR, CEP 85.580-000, para que



produza seus efeitos legais e jurídicos, devendo a mesma ter prosseguimento nos demais termos da Lei nº 11.101/05.

Nos termos do art. 61 da Lei 11.101/2005, as recuperandas permanecerão em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano, até o máximo de 02 (dois) anos.

Oficie-se à Junta Comercial para que seja averbada a concessão da recuperação judicial nos registros das recuperandas.

Os pagamentos deverão ser efetuados diretamente aos credores, que deverão informar seus dados bancários diretamente às recuperandas, ficando vedado, desde já, quaisquer depósitos nos autos.

Caso existam custas remanescentes, intinem-se as recuperandas para pagamento em 15 (quinze) dias.

Cientes as Recuperandas que o descumprimento de qualquer condição, acarretará a convolação em falência, nos termos do art. 73 da Lei 11.101/2005.

**Intimem-se.**

Pato Branco (PR), 17 de outubro de 2022.

**João Angelo Bueno**  
**Juiz de Direito Substituto**

